

UMA AVALIAÇÃO DO FATOR TRABALHO E DOS RENDIMENTOS NO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL

The Assessment of Labor and Incomes on New Series of Brazilian National Account

João Hallak Neto^(*)
Luciene Rodrigues Kozovits^(**)
Roberto Luís Olinto Ramos^(***)
Sandra Rosa Pereira^(****)

RESUMO: Este estudo tem como objetivo comparar os resultados do fator trabalho e dos rendimentos a ele associados entre a séries antiga e nova do SCN do Brasil. Assim, foram apresentados os principais aspectos conceituais e metodológicos e as diferenças existentes na construção e nos resultados obtidos pelas duas séries do SCN. Para avaliar os novos resultados, eles foram comparados com os dados de duas importantes bases estatísticas frequentemente utilizadas nos estudos relativos ao mercado de trabalho: a Pnad e a POF. O confronto dos resultados do SCN com os das bases selecionadas ratifica a conclusão de que as variáveis estudadas estão melhor mensuradas na nova série do SCN, e que, de fato, se encontravam subestimadas nos anos finais da série antiga. O artigo reúne quatro seções. A primeira seção se dedica à análise das metodologias de mensuração do fator trabalho, enquanto a segunda seção compara as séries do SCN entre 1985 e 2000. A terceira seção contém uma avaliação da série do SNC em 2000. Por último, as notas conclusivas.

Palavras-chave: Rendimento do Trabalho, População Ocupada, Ocupação, Sistema de Contas Nacionais.

ABSTRACT: The objective of this article is to compare the results of labour factor and its associated income between the previous and the new series of the Brazilian SCN. Therefore, the main conceptual and methodological aspects and the existing differences in development and in the results of the two SCN series were presented. To evaluate the new results, they were compared to other statistical databases usually referred to in most labour market Brazilian studies. The SCN results compared to Pnad and POF proved that these variables are more reliable in the new SCN series and that they were subestimated in the last years of the previous series. This article is structured in four sections. In the initial two sections we analyze both National Accounts methodologies — 1985/2000 and 2000 and on, and we compare the two series. In the third section we analyze the last System series (2000 and on) and in the last section we make our conclusions.

Key-words: Labor, Jobs, Income, System of National Account.

(*) Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnico IBGE-RJ. Endereço institucional: Av. República do Chile, 500 — 9º andar — Centro, Rio de Janeiro — RJ. CEP: 20031-170. *E-mail:* <joao.hallak@ibge.gov.br>.

(**) Mestrado em Economia Empresarial pela Universidade Candido Mendes — RJ. Técnica IBGE-RJ. *E-mail:* <luciene.kozovits@ibge.gov.br>.

(***) Doutorado em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Técnico IBGE-RJ. *E-mail:* <roberto.olinto@ibge.gov.br>.

(****) Mestrado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Técnico IBGE-RJ. *E-mail:* <sandra.pereira@ibge.gov.br>.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em março de 2007 os resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN), que tem como referência o ano de 2000. A principal alteração em relação à série antiga foi a introdução de novas bases estatísticas que possibilitam a existência de marcos estruturais anuais para os resultados do sistema. A incorporação de resultados de novas pesquisas do IBGE, como o Censo Agropecuário, as pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad); bem como de informações anuais de outras instituições, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) obtidas pela Secretaria da Receita Federal, além dos balanços fornecidos pelas Agências Reguladoras reforçam a qualidade do sistema para os anos correntes.

Outra consideração a respeito das mudanças incorporadas ao SCN refere-se à atualização de conceitos e definições em conformidade com as últimas recomendações dos organismos internacionais.⁽¹⁾ Adicionalmente, a adoção de uma nova classificação de atividades econômicas, compatível com a versão 1.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), facilitou a integração das bases de dados com o sistema e permitiu uma maior abertura de atividades e produtos. A partir desta nova classificação, a divulgação do SCN passa a ser realizada para 55 atividades e 110 grupos de produtos contra 43 atividades e 80 grupos de produtos da referência anterior.

A série do SCN vigente até março de 2007 teve como referência o ano de 1985⁽²⁾ e dispõe de resultados para as Tabelas de Recursos e Usos (TRU) no período de 1990 a 2003, com as informações sobre a origem e o destino dos bens e serviços gerados na economia brasileira detalhadas por atividade econômica e por produto, medidas a preços correntes e a preços do ano anterior. Os anos de 2004 e 2005 possuem resultados preliminares, obtidos pelo Sistema de Contas Trimestrais, que contém um menor detalhamento de atividades e produtos, além de não apresentar a composição do PIB pela ótica da renda.

A experiência internacional mostra que mudanças de série para o Sistema de Contas Nacionais usualmente trazem um considerável número de alterações em relação aos resultados até então apresentados. No caso brasileiro, a nova série do SCN introduzida em 2007 pelo IBGE provocou modificações nos componentes do PIB que podem ser notadas nas três óticas de mensuração. Pelo lado da produção, verificou-se uma redefinição do peso das atividades econômicas em relação ao PIB, em que cabe destacar o aumento no grupo serviços e as perdas relativas da agropecuária e da construção civil. Pela ótica da despesa, ressaltam-se a queda da formação bruta de capital fixo em proporção ao PIB e o aumento do consumo das famílias. Finalmente, na conta da renda os impactos mais significativos foram o crescimento tanto em termos absolutos quanto relativos dos rendimentos associados

(1) Como exemplos podem ser citadas a reclassificação de alguns impostos, a modificação do índice de volume da Administração pública, a mudança de âmbito e do índice de volume para o setor financeiro e a contabilização do número de ocupações em vez de pessoas ocupadas para a mensuração do fator trabalho. Detalhes sobre as revisões específicas na nova série do SCN encontram-se nas 25 notas metodológicas disponíveis no *site* do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/default_SCN.shtm>.

(2) Para os propósitos deste trabalho, a série referente a este período será denominada de série antiga.

ao trabalho e a conseqüente redução da parcela correspondente ao excedente operacional bruto.⁽³⁾

O objetivo deste texto é comparar os resultados relacionados ao fator trabalho (ocupação e rendimento) da nova série com os da série antiga, propondo uma primeira reflexão sobre o tema. O marco selecionado para esta análise foi 2003, o último ano em que foram divulgados os resultados completos das Contas Nacionais na série com referência em 1985.

Os diferenciais observados tanto nos dados de ocupação quanto nos de rendimento do trabalho entre as duas séries motivaram uma avaliação mais acurada, impondo, por sua vez, uma comparação dos resultados do SCN com os de outras fontes estatísticas. Neste sentido, utilizamos as informações de duas reconhecidas pesquisas domiciliares do IBGE: a Pnad e a POF

O texto inicia-se com uma breve apresentação das metodologias aplicadas para obtenção das variáveis do fator trabalho e do rendimento nas duas séries referidas. O confronto dos resultados de ocupação e rendimento entre as séries antiga e nova encontra-se na Seção 2. A Seção 3 destina-se à comparação dos dados das séries do SCN com os das demais fontes estatísticas, com a finalidade de subsidiar a análise da qualidade dos novos resultados do SCN. Por fim, as considerações finais compõem a Seção 4.

1. SÍNTESE DAS METODOLOGIAS — MENSURAÇÃO DO FATOR TRABALHO

1.1. SÉRIE ANTIGA DO SCN — REFERÊNCIA 1985

O IBGE apresentou os resultados das contas nacionais entre 1997 e 2005, tendo como marco de referência o ano de 1985. Tais resultados foram estimados de acordo com as recomendações das Nações Unidas, expressas no Manual de Contas Nacionais de 1993 (ONU, 2007).⁽⁴⁾

O trabalho de definição das estimativas do número de pessoal ocupado e de seus respectivos rendimentos para o ano-base teve início com a investigação de fontes básicas e, conseqüentemente, com as escolhas daquelas que seriam utilizadas em cada atividade.

No ano de 1985, as fontes de informação selecionadas foram os Censos Econômicos (Industrial, Comercial, da Construção, dos Transportes e dos Serviços), o Censo Agropecuário de 1985, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 1985 e 1990 e a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) de 1985 (IBGE, 2004). Dependendo da atividade e posição na ocupação, foram adotadas as informações de uma das fontes ou o resultante de um ajuste entre elas.

A partir do marco inicial do ano-base, os agregados de pessoas ocupadas e rendimentos foram evoluídos a cada ano, seja por extrapolação ou por deflação, pela aplicação de índices

(3) A comparação entre os resultados das séries nova e antiga de Contas Nacionais encontra-se na nota metodológica n. 24: Tabelas comparativas. IBGE (2007).

(4) Para detalhamento da metodologia adotada na construção da antiga série ver: IBGE, 2004.

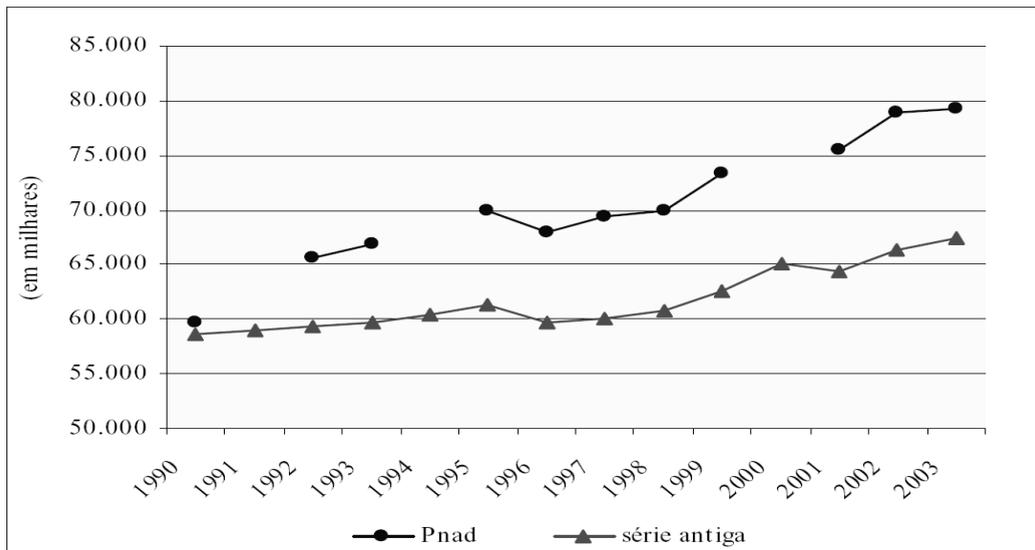
de variação do pessoal ocupado (índice de volume) e do rendimento médio (índice de preço) aos dados do ano anterior. As fontes básicas adotadas para a obtenção desses índices foram a Pnad, a Pesquisa Industrial Mensal — Dados Gerais — PIM-DG e o Cadastro de Empregadores da Relação Anual das Informações Sociais — Rais, sendo que as duas últimas foram aplicadas somente ao setor formal da economia (IBGE, 2004). Para o caso particular dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem carteira assinada, a evolução foi feita, na maior parte das vezes⁽⁵⁾, com base na Pnad.

Algumas atividades específicas tiveram valores correntes para as variáveis de pessoas ocupadas e rendimento do trabalho. Por exemplo, nas atividades de Serviços industriais de utilidade pública, Comunicações e Administração pública, os rendimentos foram informados pelas pesquisas Estatísticas Econômicas das Empresas Públicas e Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas (ambas realizadas pela Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE). Da mesma forma, as remunerações dos empregados em Instituições financeiras procederam do Banco Central do Brasil. Os resultados das demais atividades foram alcançados pela evolução a partir do ano de referência da série, conforme descrito no parágrafo anterior.

Os resultados da evolução do pessoal ocupado nos anos correntes na série de 1985 não foram idênticos aos da estimativa apurada ano a ano pela Pnad. A razão do descolamento destes valores está associada ao viés causado pela utilização de índices de volume em um longo período. Esta mesma rotina foi aplicada, utilizando-se índices de preço, para a evolução das remunerações, o que contribuiu para a subestimação destas variáveis, sobretudo nos anos finais da série. Em relação à população ocupada, em 1990, o resultado obtido na série antiga do SCN foi apenas 1,8% inferior à estimativa da Pnad. Conforme pode ser observado no Gráfico 1, a diferença se acentuou até 1995, período de alta inflação, e alcançou 15,0% treze anos após, em 2003.

(5) Para os anos de 1991, 1994 e 2000, em que não houve Pnad, fez-se uso de índices alternativos (como os originados pela Pesquisa Mensal do Emprego) e de procedimentos de interpolação para a obtenção dos resultados.

Gráfico 1: Evolução das pessoas ocupadas na série antiga do SCN e na Pnad — 1990-2003



Nota: Nos anos de 1991, 1994 e 2000, a Pnad não foi a campo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da série antiga do SCN/IBGE e da Pnad/IBGE.

Para a melhor compreensão deste fenômeno é importante notar que tanto o valor bruto da produção, quanto o consumo intermediário, na maior parte das atividades, também foram suscetíveis às distorções ocasionadas pela utilização de índices de volume, e principalmente de preços, em períodos longos e de alta inflação. Assim, o valor adicionado (obtido pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário) e seus componentes, dentre eles o rendimento do trabalho, sofreram os maiores impactos que se refletiram também no cálculo dos rendimentos médios e da população ocupada.

1.2. NOVA SÉRIE DO SCN — REFERÊNCIA 2000⁽⁶⁾

Dentre as alterações metodológicas da nova série do SCN, duas questões merecem destaque: uma de natureza conceitual e outra, relacionada às fontes de dados. A primeira refere-se à mensuração do fator trabalho no SCN que passou a ser representado pelo número de ocupações (ou postos de trabalho) em vez de população ocupada. Neste sentido, dado que uma mesma pessoa pode ter mais de uma ocupação, seu número é necessariamente superior ao de pessoas ocupadas. Assim, para incorporar os resultados de levantamentos realizados por estatísticas domiciliares foram considerados o trabalho principal e o trabalho secundário da pessoa ocupada.⁽⁷⁾

(6) Maiores detalhes ver: IBGE (2006).

(7) A Pnad também contabiliza o número de pessoas que possui três ou mais trabalhos. No entanto, optou-se por não incluir esta variável na nova série em virtude da impossibilidade de identificar a atividade econômica da ocupação. Ademais as pessoas que exercem um terceiro trabalho tem, historicamente, um peso muito pouco expressivo sobre o total (0,4%).

A outra questão destacada diz respeito à inclusão das pesquisas econômicas estruturais do IBGE⁽⁸⁾ e dos registros administrativos provenientes da DIPJ no Sistema de Contas Nacionais. Estas bases estatísticas passaram a alimentar o sistema com as informações sobre as ocupações com vínculo e suas respectivas remunerações. Além destas, outras fontes foram utilizadas para o cálculo das ocupações e remunerações de atividades específicas⁽⁹⁾, como a Pnad, o Cadastro Central de Empresas do IBGE — CEMPRE e os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL. As informações relativas aos rendimentos enviados e recebidos do exterior carregados no SCN foram obtidas no Balanço de Pagamentos divulgado pelo Banco Central, enquanto os dados de rendimento do setor público da economia advém da Pesquisa Administração Pública do IBGE.

A Pnad é utilizada como base anual para a obtenção das ocupações sem vínculo, de trabalhadores por conta própria e empregadores do setor institucional, famílias (empregadores informais)⁽¹⁰⁾ e dos trabalhadores não remunerados; bem como fornece as estimativas da massa de salário dos empregados sem vínculo e dos rendimentos dos trabalhadores por conta própria e empregadores informais.

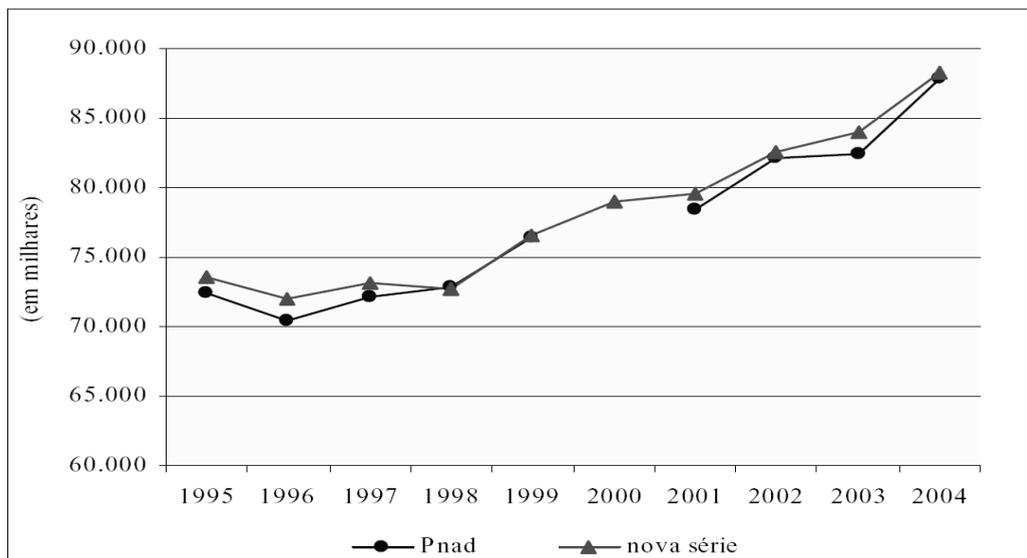
A utilização da estimativa do número total de ocupações da Pnad como referência na nova série do SCN levou em conta a sua periodicidade e abrangência geográfica, evitando o surgimento de grandes diferenças ao longo da série. Ademais, a Pnad é reconhecida pela produção de um conjunto de informações de grande importância e qualidade para o acompanhamento sistemático da evolução do trabalho e do rendimento no Brasil. O total de ocupações da Pnad tende a ser muito próximo do total de ocupações da nova série, que representa a contribuição do fator trabalho para a produção calculada pelo SCN (Gráfico 2).

(8) Com a reformulação do sistema estatístico nacional, o IBGE encerrou os Censos Econômicos (o último ocorreu no ano de 1985) e adotou as pesquisas econômicas: Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual de Serviços (PAS), Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC).

(9) Para atividades de educação, saúde e administração públicas, serviços prestados principalmente às famílias e serviços domésticos, a fonte é a Pnad; para as de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e planos de saúde, pesquisa e desenvolvimento, saúde mercantil, atividades associativas, educação mercantil e eletricidade e gás, a base de dados é o CEMPRE, sendo a ANEEL, a fonte específica para o cálculo da remuneração da atividade Produção e distribuição de energia elétrica.

(10) Segundo a metodologia do SCN, estes são proprietários de unidades produtivas não registradas formalmente.

Gráfico 2: Evolução das ocupações na nova série do SCN e na Pnad — 1995-2004



Nota: No ano 2000, a Pnad não foi a campo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da série antiga do SCN/IBGE e da Pnad/IBGE.

O tratamento do rendimento do trabalho no SCN não admitiu o dado estimado pela Pnad como referência estrita, uma vez que a pesquisa foi adotada apenas para o cálculo do rendimento das ocupações que não foram consideradas pelas pesquisas econômicas ou pelos registros administrativos utilizados. Neste sentido, o rendimento total final é resultado da interação entre diversas fontes e do trabalho de arbitragem realizado no processo de descentralização do sistema, podendo, portanto, apresentar-se afastado do informado pela Pnad. Vale lembrar que as informações de rendimentos brutos fornecidas pelo empregador, como é o caso das pesquisas estruturais e dos registros administrativos em que é possível se consultar os registros contábeis, são mais precisas do que as obtidas pelas entrevistas domiciliares.

2. COMPARANDO AS SÉRIES DE 1985 E DE 2000 DO SCN

De acordo com a metodologia da nova série do SCN, exposta na seção anterior, a principal diferença entre as séries diz respeito à utilização dos dados das pesquisas econômicas anuais do IBGE. Para o SCN com referência em 2000, este novo conjunto de dados representa mais qualidade na informação no ano-base, bem como permite ajustes sistemáticos na medida em que seus resultados vão sendo incorporados aos anos correntes, evitando as distorções geradas pelo uso continuado de indicadores de volume e preço sem a referência estrutural. A outra diferença mencionada, também com reflexos nos resultados, é a mensuração do fator trabalho por intermédio do total de ocupações em vez da população ocupada.

As diferenças dos resultados divulgados para o ano de 2003 da série antiga e dos obtidos na nova série do SCN são consideráveis tanto em relação ao número de empregos quanto à massa de rendimentos, aqui definida como a soma dos salários brutos e do total do rendimento misto bruto.⁽¹¹⁾

Examinando inicialmente a estimativa da ocupação, a série com referência em 1985 tem como resultado 67,3 milhões de pessoas ocupadas. A nova série apresenta aproximadamente 84,0 milhões de ocupações, que, conforme a metodologia utilizada, corresponde à soma dos trabalhos principal e secundário das pessoas ocupadas. O aumento entre o total de ocupações na nova série e o pessoal ocupado na série de 1985 equivaleu, portanto, a 24,8% (Tabela 1).

Para se ter ideia da magnitude do impacto da introdução de novas bases estatísticas no sistema de forma isolada, considerou-se a comparação do indicador de população ocupada nas duas séries. Assim, o número de pessoas ocupadas na nova série foi estimado excluindo-se do total de ocupações apurado pelo SCN 2000 a parcela dos que possuíam mais de um trabalho, conforme a Pnad 2003.⁽¹²⁾ Nesta hipótese, a diferença decresceria para 18,6%, o que representa 12,5 milhões de pessoas ocupadas a mais na nova série (67,3 milhões contra 79,8 milhões).

Ao comparar os dados de salário na série antiga do SCN com os da nova série (Tabela 1) verifica-se que, em 2003, o total de salários na primeira alcançou R\$ 399,9 bilhões. O resultado deste mesmo agregado na nova série foi equivalente a R\$ 528,2 bilhões, portanto, superior em 32,1%. Quando se incorpora a este agregado o rendimento misto, tais valores passam de R\$ 469,6 na série antiga para R\$ 708,2 bilhões na nova, expressando um aumento de 50,8% nesta variável agregada.

Ressalta-se a significativa elevação dos rendimentos mistos na comparação entre as séries, que passou a representar 31,6% da massa de rendimentos na nova série contra 14,9%, na série de 1985. Este resultado, em parte, é explicado pela inclusão dos rendimentos dos empregadores informais no cálculo do rendimento misto na nova série. Outro fator a justificar a diferença relaciona-se ao maior rigor na captação do rendimento e da ocupação de trabalhadores por conta própria e de empregadores informais também promovida pela revisão do sistema, que afetou particularmente as variáveis relacionadas a essas categorias ocupacionais, tidas como mais vulneráveis à subestimação decorrente da extrapolação pelos índices de volume e preço na série antiga.

Os resultados apresentados revelam que a variação da massa de rendimentos, ou seja, do total de salários mais o rendimento misto é superior à da população ocupada. Como o rendimento médio anual por pessoa ocupada na nova série (R\$ 8.871) supera em 27,2% o estimado na antiga (R\$ 6.975), a elevação de 50,8% apurada na massa de rendimentos pode ser decomposta da seguinte maneira: 18,6%, refere-se ao aumento dos ocupados e 27,2%, do rendimento médio por pessoa ocupada. Os dados encontram-se na Tabela 1, a seguir.

(11) Entende-se rendimento misto como os ganhos recebidos pelos titulares de empresas não constituídas em sociedade pertencentes às famílias (ONU, 2007: 7.31). A denominação "misto" é em razão da natureza do ganho do trabalhador que não pode ser especificada como rendimento do trabalho ou do capital.

(12) Segundo a Pnad, em 2003, o percentual de pessoas que possuíam mais de um trabalho correspondeu a aproximadamente 4%.

Tabela 1: Ocupação e rendimentos nas séries antiga e nova do SCN — 2003

	Série antiga (a)	Nova série (b)	Diferença (%) (b) / (a)
Pessoa ocupada (em milhares)	67.334	79.833	18,6
Ocupações (em milhares)	nd	84.035	24,8*
Massa de rendimento (R\$ milhões)	469.639	708.233	50,8
Massa de salário**	399.882	528.173	32,1
Rendimento misto	69.757	180.060	158,1
Rendimento médio (R\$)	6.975	8.871	27,2

nd: não disponível.

* Em relação ao total de pessoas ocupadas estimado na série 1985.

** Inclui salários das ocupações com e sem vínculo.

Fonte: Elaboração própria a partir do SCN/IBGE.

3. AVALIANDO OS RESULTADOS DA SÉRIE 2000

Qualquer iniciativa de análise dos resultados de trabalho e rendimento da nova série do SCN pressupõe a sua comparação com outras fontes estatísticas. A escolha das bases de comparação levou em conta a possibilidade de compatibilização dos conceitos e a cobertura territorial. Por estes critérios, foram selecionadas duas das principais pesquisas domiciliares do país: a Pnad e a POF.

A ampla utilização destas pesquisas nos estudos sobre mercado de trabalho, no caso da Pnad, e sobre renda e consumo, no caso da POF, referendam as suas indicações para a análise proposta. A Pnad é a principal referência do SCN para o total de ocupações e fornece os dados relativos às remunerações dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria.

A exemplo do que foi realizado na Seção 2, destinada à comparação entre as séries antiga e nova do SCN, é necessário que as diferenças conceituais sejam minimizadas para a análise dos dados do SCN *vis-à-vis* aqueles estimados pelas demais fontes indicadas. Desta forma, para cada variável selecionada apresentamos, a seguir, uma discussão a respeito destas diferenças, fundamentando os ajustes realizados para aperfeiçoar a comparação entre as bases escolhidas.

3.1. COMPARAÇÃO: SCN E PNAD

A análise desta subseção está amparada nos dados de ocupação e rendimento da Pnad de 2003 que diferem dos agregados contemplados no SCN em uma série de aspectos. O primeiro deles corresponde ao período de referência da pesquisa. Na Pnad, este período é o mês de setembro. Assim, para que as suas informações sejam comparáveis às do SCN

é necessário harmonizar os valores monetários das bases, convertendo o rendimento apurado pela pesquisa em seu equivalente anual.⁽¹³⁾

Um outro ponto é que na Pnad de 2003 as estatísticas apresentadas para a totalidade do país não incluem a área rural da região Norte. Os dados, no entanto, não sofreram nenhum tratamento de conciliação em função deste quesito, tendo em vista a reduzida representatividade desta área no que se refere às estimativas de ocupações e rendimentos.⁽¹⁴⁾

Uma última observação refere-se às divergências conceituais. Na Pnad, são classificadas como ocupadas na semana de referência⁽¹⁵⁾ as pessoas que tinham trabalho⁽¹⁶⁾ durante todo ou parte desse período. Como a nova metodologia do SCN passou a empregar o conceito de postos de trabalho ou ocupações, a mudança determinou o ajuste na estimativa de população ocupada fornecido pela pesquisa, acrescentando-se ao trabalho principal o trabalho secundário das pessoas que possuíam mais de uma ocupação na semana de referência.⁽¹⁷⁾

Em relação à análise da massa salarial, a Pnad admite como rendimento mensal de trabalho para empregados a remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito, trabalhando o mês completo ou, no caso de rendimento variável, a remuneração média mensal referente ao mês de setembro. A pesquisa considera remuneração bruta, por seu turno, o pagamento da remuneração sem excluir o salário-família e os descontos relativos aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas, etc., e não inclui o décimo terceiro e a participação nos lucros, bem como a parcela recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales-refeição, alimentação ou transporte, entre outros). No SCN a estimativa de rendimento do trabalho de empregados é entendida como o somatório dos ordenados e salários brutos dos empregados, incluindo benefícios trabalhistas e outros rendimentos eventuais. Assim, este agregado no SCN difere do dado da Pnad porque contempla em seu cálculo os benefícios trabalhistas e os rendimentos eventuais.

Existe ainda uma outra diferença conceitual, relacionada às definições de empregador e trabalhador por conta própria, que suscita a realização de ajustes para a comparação dos resultados desagregados entre as bases. No SCN, o rendimento do empregador e do trabalhador por conta própria equivale ao rendimento misto recebido pelos proprietários de unidades produtivas não constituídas em sociedade, com ou sem empregados (empregador e trabalhador por conta própria, respectivamente). Caso a unidade produtiva seja formalmente constituída, o entendimento no SCN é que estes trabalhadores são empregados com vínculo das empresas.⁽¹⁸⁾ Já para a Pnad, o empregador e o trabalhador por conta própria também são definidos como pessoas que trabalham explorando o seu próprio empreendimento, com ou sem empregados, porém, tal empreendimento pode ser ou não formalmente

(13) A anualização do rendimento consiste na aplicação de um fator para transformar a estimativa de rendimento do mês de referência na de rendimento anual.

(14) As informações da própria Pnad a partir de 2005, quando essa área já fora contemplada pela pesquisa, atestam essa conclusão. Por exemplo, o peso das áreas rurais da região Norte na renda total das famílias é inferior a 1,0%.

(15) Na Pnad de 2003, este período correspondeu à semana de 21 a 27 de setembro daquele ano.

(16) No conceito de trabalho, caracterizam-se as condições de trabalho remunerado e não remunerado bem como de trabalho na produção para próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

(17) Para mais detalhes, ver: IBGE, 2007.

(18) Para mais detalhes, ver: IBGE, 2007.

constituído. Isso significa que uma proporção dos rendimentos de empregadores e trabalhadores por conta própria, computados pela pesquisa domiciliar não consta da estimativa de rendimento misto do SCN, sendo, entretanto, contabilizada na massa de salário.⁽¹⁹⁾

A análise dos dados da Tabela 2 identifica, primeiramente, o impacto das mudanças conceituais e metodológicas implementadas pelo Sistema de Contas Nacionais no total de ocupações divulgado pelo SCN de 2000. Enquanto o total de pessoas ocupadas, indicador utilizado na série de 1985, apresentou-se 15,0% inferior ao dado estimado pela Pnad, o total de postos de trabalho, gerado em 2003 pela nova metodologia, mostrou-se muito próximo ao dado da Pnad.⁽²⁰⁾

Tabela 2: Comparação de ocupação e rendimentos: séries do SCN e Pnad — 2003

	Total			Diferença (%)	
	SCN 1985 (a)	SCN 2000 (b)	Pnad (c)	(a) / (c)	(b) / (c)
Ocupação (em milhares)	nd	84.035	82.463	nd	1,9%
Pessoal Ocupado (em milhares)	67.334	79.833	79.251	-15,0%	0,7%
Massa de rendimento (R\$ milhões)	469.639	708.233	599.771	-21,7%	18,1%
Massa de salário*	399.882	528.173	385.955	3,6%	36,8%
Rendimento misto	69.757	180.060	213.816	-67,4%	-15,8%

nd: não disponível.

*Inclui salários das ocupações com e sem vínculo.

Fonte: Elaboração própria a partir do SCN/IBGE e da Pnad/IBGE.

Se, por um lado, era esperado que a estimativa do fator trabalho na nova série do SCN se apresentasse aderente à da Pnad, não somente em função da metodologia adotada, mas também pelo fato de ser uma fonte reconhecida internacionalmente por sua qualidade em relação à mensuração do universo do trabalho, por outro lado, o mesmo não se pode afirmar, *a priori*, em relação à massa de rendimento. Com efeito, no SCN a obtenção desta variável envolve a agregação de resultados obtidos por diversas fontes, dentre as quais se destacam as pesquisas econômicas do IBGE. Assim, observando os resultados relativos à massa de rendimento é possível identificar que o aumento de 50,8% assinalado neste agregado entre uma série e outra permitiu que a estimativa alcançasse o patamar de R\$ 708,2 bilhões que, se confrontada a da Pnad (R\$ 599,7 bilhões), indica uma diferença de 18,1% (Tabela 2).

A despeito do expressivo crescimento dos rendimentos mistos na comparação entre as séries, observado na Seção 2, é importante destacar que a variação da massa salarial⁽²¹⁾

(19) A mesma conclusão é válida para a POF, cujos resultados são apresentados na próxima seção. Um quadro comparativo com estas diferenças conceituais entre o SCN e as pesquisas domiciliares encontra-se apresentado no Apêndice.

(20) O dado reforça a impressão acerca da subestimação da população ocupada, acompanhada pela massa de rendimento na série de 1985 do SCN. Especificamente sobre a questão dos rendimentos na série antiga, ver BARROS, R. P. de; CURY, S.; ULYSSEA, G. (2007).

(21) A massa salarial divulgada no SCN 2000 acusou variação de 32,1% ante a registrada na série antiga, conforme dados da Tabela 1.

responde em grande medida pelo resultado da massa de rendimento, dada a sua representatividade na composição do agregado (74,6%). O total de salários das ocupações com e sem vínculo apresentado na nova série do SCN, estimado em R\$ 528,2 bilhões, supera em 36,8% o dado da Pnad.

A magnitude do resultado superior dos salários computados pelo SCN está de acordo com o esperado. Conforme citado anteriormente, a discrepância entre os dados está associada aos benefícios e outros rendimentos eventuais, não incluídos pela Pnad e à diferença entre as duas bases no que diz respeito ao significado de empregador e trabalhador por conta própria apontada nesta seção. Tal diferença contribui para justificar o dado de rendimento misto apurado pelo SCN de 2000 (R\$ 180,1 bilhões), inferior em 15,8% à estimativa da Pnad (R\$ 213,8 bilhões). Ademais, há que se considerar as indicações de que o rendimento captado por pesquisas domiciliares sofra mais efeitos de subestimação⁽²²⁾ que o apurado no SCN em razão da própria natureza do levantamento.

3.2. COMPARAÇÃO: SCN E POF

A POF é uma pesquisa específica sobre as estruturas de consumo, gasto e renda das famílias, conseqüentemente, a presente análise restringir-se-á à comparação das estimativas de rendimento.

O confronto dos dados do SCN e da POF exige o exame de duas questões importantes. Em primeiro lugar, está o fato de que os rendimentos e as informações relacionadas são coletados pela POF segundo o período de referência de 12 meses. Todavia, a pesquisa conta com uma data referencial para apresentação dos resultados.⁽²³⁾ Na POF de 2002-2003, esta data correspondeu a 15 de janeiro de 2003. Sendo assim, os seus resultados foram atualizados e corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2003.

Outra questão diz respeito ao fato de que, dentre as pesquisas domiciliares, a POF é tradicionalmente reconhecida por sua maior capacidade de captar a renda das famílias. No que concerne ao cálculo do rendimento do empregado, por exemplo, isso é nítido, pois a pesquisa inclui outros tipos de rendimentos não contemplados pela Pnad.⁽²⁴⁾ Assim, presume-se que a estimativa obtida para massa total de rendimento do trabalho, a partir dos dados desta pesquisa, seja bem semelhante ao agregado divulgado pelo SCN. Contudo, a análise dos resultados desagregada, segundo as categorias ocupacionais selecionadas, deve levar em consideração a mesma discrepância entre os conceitos de empregador e trabalhador por conta própria, descrita na subseção anterior, sendo justificada a existência de eventuais diferenças. Os dados da Tabela 3 sustentam essa dedução.

(22) Um dos motivos seria a não resposta ou a subdeclaração dos rendimentos das classes de renda mais alta. Outra questão diz respeito à tendência do informante a responder o rendimento líquido e não o bruto (ROCHA, 2002).

(23) A POF combina o período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, para alguns itens bem como rendimentos. Logo, as informações estão distribuídas em um período de 24 meses, o que requer que os valores levantados pela pesquisa sejam valorados a preços de uma data referencial.

(24) Conforme informado, a Pnad não trata dos rendimentos monetários eventuais tais como horas extras, participação nos lucros, indenizações trabalhistas e nem considera alguns benefícios (auxílio-transporte, auxílio-refeição, entre outros).

A massa de rendimento da nova série do SCN foi maior em relação à estimada para a POF em apenas 1,3%, enquanto as diferenças na massa salarial e no rendimento misto foram mais expressivas. O dado de remuneração de empregados na nova série superou o da pesquisa domiciliar em 10,3%. Já o rendimento misto foi inferior em 18,3% ao da POF. Esta diferença entre os componentes da massa de rendimento é explicada pela contabilização, no SCN, dos rendimentos dos empregadores formais como salários e não como rendimento misto, conforme a metodologia recomendada para as Contas Nacionais.

Tabela 3: Comparação dos rendimentos: séries do SCN e POF — 2003

	Total			Diferença (%)	
	SCN 1985 (a)	SCN 2000 (b)	POF (c)	(a) / (c)	(b) / (c)
Massa de rendimento (em R\$ milhões)	469.639	708.233	699.348	-32,8%	1,3%
Massa de salário*	399.882	528.173	478.875	-16,5%	10,3%
Rendimento misto	69.757	180.060	220.472	-68,4%	-18,3%

*Inclui salários das ocupações com e sem vínculo.

Fonte: Elaboração própria a partir do SCN/IBGE e da Pnad/IBGE.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o propósito de comparar os resultados do fator trabalho e dos rendimentos a ele associados entre a séries antiga e nova do SCN para o ano de 2003. De modo a fundamentar a análise proposta, foram apresentados os principais aspectos conceituais e metodológicos da construção de cada uma das séries, indicando as diferenças entre elas. Os resultados foram posteriormente comparados com os de outras bases estatísticas frequentemente utilizadas nos estudos relativos ao mercado de trabalho.

A comparação dos valores do ano de 2003, evoluídos a partir da base de 1985, com os resultados do mesmo ano da nova série de Contas Nacionais mostrou diferenças significativas nos agregados de ocupação e rendimentos e confirmaram a noção de subestimação da população ocupada e rendimentos do trabalho na série antiga. Os resultados deste estudo indicaram que a maior contribuição para a diferença verificada na massa total de rendimento entre as séries (50,8%) procede do crescimento do rendimento médio (27,2%), muito embora, a variação do fator trabalho também tenha sido significativa (18,6%). Este resultado, contudo, decorre basicamente da incorporação de novas fontes estatísticas para os anos correntes, bem como das mudanças conceituais em relação à ocupação, que garantiram mais precisão aos dados, promovendo mais qualidade ao sistema ao longo dos anos correntes.

Uma outra etapa do presente estudo foi a comparação entre os resultados de ocupações e rendimentos da nova série do SCN com duas das principais pesquisas domiciliares do país, a Pnad e a POF. Apesar das diferenças conceituais apontadas, os dados levantados pelo SCN, com referência em 2000, revelaram-se muito mais próximos daqueles registrados pelas pesquisas domiciliares do que os resultados da série antiga.

Diferentemente do observado em relação à série antiga do SCN o número de ocupações, variável considerada para o fator trabalho na nova série do SCN, tem ao longo da série histórica uma forte aderência ao resultado mensurado pela Pnad. Na comparação com esta fonte, em 2003, a variável medida pelo SCN foi superior em apenas 1,9%.

No caso da massa de rendimento, a variável obtida pelo novo SCN superou o conceito equivalente mensurado pela Pnad em 18,1%, em 2003. Já em relação à POF, pesquisa mais completa quanto à captação desta variável, a diferença reduz-se para 1,3%, neste mesmo ano. A maior diferença em relação à Pnad era esperada uma vez que em tal pesquisa não estão contemplados os benefícios trabalhistas e os rendimentos eventuais, como a participação nos lucros e resultados, variáveis consideradas como rendimentos do trabalho tanto na POF quanto no SCN. Assim, o confronto dos resultados do SCN frente aos da Pnad e da POF corroborou com a conclusão de que estas variáveis estão melhor mensuradas na nova série do SCN, e que, de fato, se encontravam subestimadas nos anos finais da série antiga.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes; CURY, Samir; ULYSSEA, Gabriel. A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais. *Texto para discussão*, n. 1263, Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Série Relatórios Metodológicos, v. 24, 2004.

_____. Sistema de Contas Nacionais — Brasil — referência 2000. *Nota metodológica n. 7: rendimento do trabalho e ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Sistema de Contas Nacionais — Brasil — referência 2000. *Nota metodológica n. 24: tabelas comparativas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: primeiros resultados — Brasil e Grandes Regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, v. 24, 2003.

ONU. *System of National Accounts 1993 [SNA-93]*. Rev. 4. New York: United Nations. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>> Acesso em: 1993.

ROCHA, Sonia. A investigação do rendimento na PNAD — Comentários e Sugestões à Pesquisa nos Anos 2000. *Texto para Discussão*, n. 899, Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

Apêndice
Quadro comparativo conceitual entre o SCN e as
pesquisas domiciliares (Pnad/POF)

	SCN	PNAD/POF
Data referencial	A referência do SCN para as ocupações é a média do ano. Para as variáveis de remunerações, é o total recebido no ano.	A data referencial fixada para apresentação dos resultados da POF foi 15 de janeiro de 2003. Para a PNAD, a referência é o mês de setembro do ano.
Empregado	Indivíduo que possui um acordo com a empresa em que trabalha em troca de uma remuneração em numerário ou em espécie. Podem ser: empregados com ou sem carteira assinada, funcionários públicos e sócios e proprietários das empresas constituídas em sociedade.	Indivíduo que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, remuneração total ou parcial em dinheiro.
Trabalhador por conta própria	Indivíduos que são proprietários, individuais ou em conjunto com outros, de unidades produtivas não constituídas em sociedade sem empregados.	Pessoa que, individualmente ou com auxiliares, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual.
Empregador (sócios e proprietários)	Proprietários, individuais ou em conjunto com outros, de empresas não constituídas em sociedade com empregados remunerados.	Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, independente se é ou não constituído em sociedade, tendo pelo menos um empregado remunerado.